



Mais de uma centena de representantes de diversas organizações e movimentos sociais do País deram corpo ao primeiro Encontro Nacional promovido, dia 18 de Outubro, no âmbito da campanha nacional "Água é de todos, não o negócio de alguns". No final dos trabalhos, os participantes aprovaram um Manifesto no qual reafirmam os objectivos centrais da campanha e se comprometem a desenvolver acções para a sua divulgação e defesa, estabelecendo pontes com outros movimentos e associações que lutam contra a privatização da água e dos serviços públicos essenciais.

**Encontro Nacional
alarga campanha**

**Água
para todos
só com
gestão
pública!**



Rejeitar a privatização exigir um serviço público de qualidade

Um movimento que se alarga a toda a sociedade

Impulsionar e alargar a campanha "Água é de todos, não é negócio de alguns" foi o principal objectivo do Encontro Nacional realizado dia 18, no Museu da Água, em Lisboa, que juntou representantes das organizações apoiantes, bem como de partidos políticos, associações, movimentos e comissões de utentes.

Os objectivos e balanço da campanha, anunciada durante o 11.º Congresso da CGTP-IN realizado em Fevereiro último, foram apresentados por José Manuel Marques logo na abertura do Encontro, cujos trabalhos foram moderados por António Avelãs, da Federação Nacional dos Professores, e Carlos Braga, do Movimento dos Utentes de Serviços Públicos. Como referiu aquele membro da Comissão Promotora, a existência de condições para a criação de um amplo movimento em torno



da defesa do direito à água e da sua gestão pública tornou-se patente logo em 2005, na sequência da forte contestação suscitada pela proposta de Lei Quadro da Água, que o Governo veio a aprovar na Assembleia da República com o claro intuito de favorecer negócios privados no sector. Várias organizações e associações que então repudiaram a privatização dos recursos hídricos incorporaram-se na presente Campanha inicialmente promovida pela

CGTP-IN, pelo STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) e pela Associação Água Pública. Como assinalou José Manuel Marques, "42 organizações, entre autarquias, sindicatos e movimentos de utentes" já subscreveram a Declaração e "cerca de 20 mil" pessoas subscreveram o abaixo-assinado que será entregue na Assembleia da República, em 22 de Março do próximo ano, coincidindo com a data do Dia Mundial da Água. Todavia, "é pouco ainda! São

poucos os abaixo-assinados recolhidos (...) São poucas ainda as organizações e as forças vivas da sociedade portuguesa que integram esta campanha. Precisamos de alargar, precisamos de encontrar mais gente que una esforços e reforce esta nossa batalha!", sublinhou este activista da campanha e dirigente do STAL, que informou os presentes das acções realizadas, dos materiais editados e das próximas iniciativas agendadas (ver caixa).

Um assalto camuflado

Dado que a privatização e mercantilização pura e simples da água encontra mais resistências na sociedade que outros ataques semelhantes, por exemplo aos recursos mineiros ou à energia, o governo e os grupos privados que pretendem apropriar-se dos recursos hídricos evitam o termo "propriedade", preferindo usar expressões menos "alarmantes" para o comum dos cidadãos, tais

como "gestão", "direito de uso", "concessão", "prestação de serviços", "parcerias público-privadas".

Contra tais aparências, o que está em curso é um verdadeiro "processo de apropriação capitalista da água", cujo objectivo "é a obtenção do 'domínio' da água e a sua rentabilização na forma de títulos passíveis de comercialização e especulação financeira", observou Nuno Vitorino, que interveio no Encontro em representação da Associação Água Pública.

Este assalto, como frisa a análise da Associação, cujo texto integral pode ser consultado em www.aguadetodos.com, a par das outras intervenções do Encontro, visa não só a apropriação das águas públicas, mas também do território e das infra-estruturas públicas, bem como do serviços essenciais de água.

Estas três vertentes da privatização foram já "instituídas na legislação portuguesa, com ênfase para a Lei da Água e Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, aprovadas em 2005, e legislação subsequente".

Apesar de ser um assunto pouco falado, a verdade é que a lei actual já prevê a possibilidade de criação em Portugal de um mercado de títulos de propriedade de águas públicas. Isto significa que os actuais "direitos de uso" poderão em breve ser transformados em "títulos de propriedade da água pública", cujos detentores terão direito permanente de explorar estes recursos à exaustão, transaccioná-los e transmiti-los em herança, à revelia de considerações sobre a sua preservação e o interesse público.

Privados em vez do Estado?

A transferência da administração pública da água para a gestão

de sociedades privadas é outro vector desta ofensiva, cujos efeitos nocivos ao nível dos serviços municipais são já bem conhecidos por uma parte significativa da população portuguesa.

Segundo alerta a Associação Água Pública, os grandes reservatórios naturais, as bacias hidrográficas e os grandes empreendimentos estão a sair da esfera pública e a ser entregues a sociedades de "capitais públicos", reguladas pelo direito privado, como um primeiro passo para a sua privatização.

Também o território e as infra-estruturas estão a ser progressivamente entregues aos privados, sendo mesmo um dos domínios em que o processo está mais avançado. Em causa estão designadamente as adjudicações já feitas no âmbito do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico, cuja parte de leão coube à espanhola Iberdrola. A cascata do Tâmega foi outra das riquezas nacionais que também já foram entregues aos interesses privados.

Agricultores preocupados

Dando voz no Encontro às preocupações da agricultura familiar com as alterações na Lei da Água, Joaquim Caçoete, da Confederação Nacional da Agricultura, manifestou a oposição da CNA aos aumentos dos preços da água para rega agrícola, factor que já hoje contribui para o agravamento dos custos de produção que têm levado à ruína muitas pequenas explorações. Joaquim Caçoete defendeu o domínio público da água e condenou a possibilidade de especulação com "direitos de água", sublinhando que a invenção de um tal mercado ameaça de morte a já frágil agricultura familiar.

Chegar mais longe trazer mais gente

A campanha "Água é de todos, não é negócio de alguns" foi apresentada publicamente no Dia Mundial da Água, 22 de Março, e conta com o apoio de um conjunto alargado de organizações.

Sobre as iniciativas já realizadas e os materiais de apoio à campanha, José Manuel Marques, membro da Comissão Promotora, destacou a exposição itinerante, o desdobrável dirigido à população e a edição do cartaz, para além da abertura de uma página na Internet (www.aguadetodos.com), onde está reunida informação sobre as posições e actividades. A par das acções de contacto directo com a população, em algumas regiões do país têm sido promovidas sessões-debate que são antecedidas da projecção de documentários sobre a temática da privatização da água em países estrangeiros. Neste momento, a comissão promotora dispõe de dois filmes licenciados para exibição pública que podem ser utilizados em diversas iniciativas.

Com vista a aprofundar experiências, coordenar e dinamizar a campanha, José Manuel Marques salientou a importância da realização regular de encontros alargados a todos os apoiantes.

Alargar a participação

Na agenda da campanha, salientam-se as iniciativas planeadas em torno das comemorações do 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinalado a 10 de Dezembro, nas quais se pretende afirmar o direito à água como um direito fundamental do ser humano. Outros passos para a dinamização e alargamento da campanha exigem a intensificação de contactos com organizações e forças vivas da sociedade. A este propósito, José Manuel Marques considerou que é preciso "ganhar para esta batalha não só o apoio dos cidadãos anónimos, nomeadamente através da recolha do abaixo-assinado, mas também de gente conhecida. Gente ligada à música, ao teatro, às artes plásticas ao desporto, à política, etc." Neste sentido, perspectivou a edição de um jornal revista de apoiantes da campanha, com depoimentos de figuras conhecidas, bem como a constituição de núcleos locais que estabeleçam uma ligação regular às organizações da sua área, planificando e levando a cabo iniciativas de rua, bancas de recolha do abaixo-assinado, divulgação da exposição, distribuição de folhetos, debates, etc. Por último, a comissão promotora anunciou para breve a edição de um CD ou DVD como um elemento da futura "mochila do activista", que compreenderá documentação de apoio à realização de iniciativas locais.

Travar a marcha da privatização

Gestão pública para garantir

"A água só será acessível a todos se for gerida como um direito", afirmou João Lourenço, da CGTP-IN, explicando que "este direito pressupõe que haja um preço economicamente acessível e uma gestão por organismos públicos sem fins lucrativos."

"Ninguém se poderá arvorar em defensor do direito à vida, se não defender o direito para todas as pessoas ao acesso e uso da água com garantia da sua qualidade e suficiência para as necessidades satisfatórias e básicas". Como igualmente referiu João Lourenço, "o consumo diário médio de água na Europa é de cerca de 575 litros por pessoa", mas se alguns se habituaram a gastar quantidades muito maiores, outros vêm-se já hoje forçados a racionar o seu consumo por razões económicas, não atingindo sequer dez por cento da utilização média. Com o avanço da exploração privada, avisou este dirigente da CGTP-IN, as camadas mais desfavorecidas da população terão dificuldades crescentes no acesso à água. Em Portugal, como recordou de seguida, Francisco Braz, presidente do STAL, o desenvolvimento dos serviços públicos no âmbito das autarquias após o 25 de Abril, permitia vencer atrasos e generalizar a toda a população o acesso às infra-estruturas básicas de água e saneamento. Este sector, que durante muitos anos foi da responsabilidade exclusiva das autarquias,

encontra-se hoje profundamente alterado em resultado das políticas iniciadas na década de 90. A concentração dos serviços de captação no grupo estatal, *Águas de Portugal*, veio limitar fortemente a autonomia dos municípios na gestão e definição de políticas socialmente justas para as respectivas populações locais, situação que se agravou pelo facto de muitas delas já terem alienado os seus serviços de distribuição.

Como notou Francisco Braz, está eminente a privatização de todas as empresas multimunicipais cujo capital é hoje controlado pelo Estado em pelo menos 51 por cento.

"Se este processo não foi ainda iniciado é porque não está completo o plano de canalização do investimento público, dos fundos de coesão e da transferência de propriedade pública para as *Águas de Portugal*."

O negócio da *Aquapor*

Confirmando os piores receios de cedência aos interesses privados, o governo decidiu recentemente privatizar a *Aquapor*, empresa estatal que foi entregue ao grupo *ABB* (*Alexandre Barbosa Borges SA*), cujo responsável se vangloriou na imprensa de ter "comprado" por 63 milhões uma empresa que vale 100 milhões.

Estes "bons negócios" para os privados têm consequências desastrosas para as populações e o País, sublinhou Francisco Braz, notando que são "gravemente atingidos não só os



direitos dos munícipes mas também dos trabalhadores como vários exemplos ilustram". "As evidências históricas demonstram que em todos os países onde foi alcançada uma cobertura universal dos serviços essenciais tal só foi possível porque os Estados e principalmente os municípios assumiram essa responsabilidade."

Gestão pública é dominante

Apesar de todos os ataques à gestão pública, desde pressões políticas emanadas da Comissão Europeia, fazendo-se porta-voz dos interesses das multinacionais, a campanhas

laudatórias sobre a alegada superioridade dos privados, o modelo público de gestão da água continua a dominar praticamente em todos os países do globo. E esta opção, como frisou Francisco Braz, "não é por acaso". Na verdade, a água consumida pela maioria dos países europeus, incluindo Portugal, é fornecida por entidades públicas. Apenas em dois Estados, o fornecimento de água é controlado maioritariamente por empresas privadas. É o caso do Reino Unido (88%) e da França (75%). Seguem-se com partes muito mais reduzidas a Espanha (37%) e Alemanha (18%). No plano mundial a participação privada

direitos



é estimada em cerca de dez por cento.

Para além disso, observou o presidente do STAL, "são cada vez mais os casos de regresso ao poder público dos serviços de água e saneamento privatizados há muitas décadas". O exemplo mais recente que citou é o do município de Paris que, em meados deste ano, decidiu re-municipalizar os serviços de distribuição de água concessionados às empresas Veolia e Suez, que partilham entre si um negócio de 180 milhões de euros anuais.

Privado ou público, qual a diferença?

Refutando alguns dos principais

argumentos e ideias insistentemente inoculados na opinião pública para quebrar a sua resistência à privatização da água, Francisco Braz, negou que seja "indiferente para o cidadão quem lhe presta o serviço. Nós sabemos que não é assim. Desde logo porque uma coisa é o cidadão com direitos, outra bem distinta é o cliente cujo acesso aos serviços depende da sua capacidade económica". Por outro lado, acrescentou, os grupos privados tentam impor a "ideia errada" da superioridade da sua gestão, visando assim incentivar "a descrença dos cidadãos em relação à política, ao que é público e de todos, e legitimar o individualismo".

"É igualmente comum ouvir-se que tal como existe boa e má gestão pública, o mesmo acontece com a gestão privada. De facto assim é, mas a diferença é que enquanto a administração pública tem como fim a ampliação e maximização do bem-estar dos cidadãos e a distribuição equitativa da riqueza social, a empresa privada tem como finalidade última a obtenção do maior lucro possível para os seus accionistas."

Por último, também o argumento sobre as alegadas vantagens da concorrência cai por terra neste sector, uma vez que a da água constitui um monopólio natural.

Ressalvando que não se trata de defender "um modelo acabado, definitivo, perfeito, já que isso não existe", Francisco Braz manifestou a convicção de que é possível e necessário definir colectivamente um conjunto de pressupostos e princípios que contribuam para melhorar os actuais serviços públicos. "Temos o dever de o fazer, por

A qualidade é:

- **Universalidade e acessibilidade.** Todas as pessoas devem ter acesso às infra-estruturas de água e saneamento, qualquer que seja a sua situação económica.

- **Água cristalina.** A saúde, o bem-estar e qualidade de vida dependem do fornecimento de água potável em boas condições assim como de um eficaz sistema de tratamento de águas residuais.

- **Recursos preservados.** A salvaguarda e preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente aquático, o combate à poluição, ao desperdício e ao consumo excessivo são princípios inalienáveis dos serviços públicos de qualidade.

- **Serviços eficientes.** A gestão competente e eficiente é essencial para garantir serviços públicos de qualidade, cujo critério fundamental não é a obtenção de lucro, mas sim o bem-estar dos cidadãos, a transparência das decisões e o respeito pelo interesse público.

- **Trabalhadores dignificados.** Os trabalhadores têm um papel crucial na prestação, desenvolvimento e melhoria da qualidade dos serviços, devendo os seus direitos ser respeitados e a sua experiência valorizada.

- **Democracia participada.** A garantia da transparência e do interesse público exige a criação de mecanismos que assegurem a participação das populações na definição e tomada das decisões relevantes para a actividade dos serviços.

- **Respeito da Constituição.** O cumprimento dos princípios e valores constitucionais passa pela aprovação de um quadro legislativo que assegure a natureza pública dos serviços, o direito à água e interdicte a exploração privada destes serviços.

nós e pelas gerações vindouras, pois essa é a melhor garantia de defesa do direito à água e um instrumento essencial na luta contra a privatização e pela recuperação dos serviços para o controlo público."

A paz e a água

Em representação do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Luís Vicente lembrou que a questão da água está "frequentemente está na base de conflitos que culminam em terríveis crises humanitárias".

Em situação de guerra, a destruição dos recursos hídricos do inimigo é um objectivo prioritário da estratégia militar, como o provam as guerras em África, os conflitos no Médio Oriente ou a invasão do Iraque. Luís Vicente notou ainda que "existem no Planeta 1100 milhões de pessoas que não têm acesso a água potável e mais de 2600 milhões não beneficiam de infra-estruturas sanitárias". Estes números, segundo previsões das Nações Unidas, poderão duplicar nos próximos 30 anos.



Reagindo aos efeitos nefastos da crescente penetração de concessionários, têm surgido por todo o país movimentos e comissões de utentes que lutam contra os escandalosos aumentos dos preços da água e a imposição de injustas taxas e tarifas. Algumas destas experiências de luta foram relatadas durante o período de debate.

O Movimento 6 de Novembro, de Paços de Ferreira, que se fez representar no Encontro por uma numerosa delegação, é um dos muitos exemplos de mobilização e organização popular para combater a exploração desenfreada dos operadores privados no sector da água. A contestação às exorbitantes tarifas de ligação à rede, cobradas pelo concessionário privado AGS, do grupo Sogahue, uniu as populações das freguesias rurais em torno da Comissão de Luta Contra as Tarifas de Água e Saneamento.

Depois de tentativas frustradas de dialogar com a autarquia, esta comissão convocou uma manifestação em 6 de Novembro de 2007, que reuniu cerca de cinco mil pessoas de todo o concelho. Em simultâneo, num universo de 20 mil habitantes, são recolhidas quase 13 mil assinaturas exigindo à Câmara a redução dos preços.

Já sem margem de manobra, a autarquia é obrigada a anular as tarifas de ligação, cujo valor atingia os 2500 euros para particulares e se elevavam até 7 500 euros para empresas, ou seja, o dobro ou o triplo dos preços praticados por autarquias vizinhas.

O protesto vitorioso viria a dar origem à formação do Movimento de Cidadania 6 de Novembro, que prossegue o combate "contra a exploração das famílias e empresas de Paços de Ferreira",

Experiências locais de luta

Esclarecer e mobilizar as populações



A recolha de assinaturas contra a privatização da água tem registado grande adesão das populações nas diferentes regiões do país

concelho que tem hoje a água mais cara do País.

Como lembrou Humberto Brito, a vitória das populações não foi total, já que a Câmara aprovou um novo regulamento que permite à AGS cobrar uma "taxa de disponibilidade" independentemente de haver ou não consumo de água. Por isso, a luta irá continuar "pelo direito à água, que não deve ser objecto de especulação", sublinhou aquele representante do movimento.

Fontanários com contador

Mário Lobo trouxe a amarga experiência das populações dos concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, sujeitas desde Novembro de 1997 aos abusos da empresa Águas do Planalto SA,

que detém o monopólio da distribuição de água.

A desmesurada ansia de maximizar lucros levou a empresa a cobrar taxas ilegais e a espezinhar direitos das populações, ferindo a cultura, tradições e até património comunitário.

Com prepotência e mesquinhez, a Águas do Planalto SA decidiu, em 2005, encerrar todos os fontanários públicos que estavam ligados à rede. O caso fez escândalo e foi levado à Assembleia da República pelo deputado do PCP, Bernardino Soares. Cobertas de vergonha, as autarquias prometeram reabrir estes equipamentos públicos, mas a empresa não abdicou dos seus direitos e instalou contadores em todos os fontanários, cobrando o débito de água, as respectivas taxas, sobretaxas e afins às freguesias dos cinco concelhos.

Não menos absurdo é o seu conflito com os habitantes da Freguesia de Vale de Remfóio, no concelho de Mortágua. Aqui, a população construiu há muitos anos uma rede com captação própria que abastece de água os fontanários das diferentes povoações.

Contudo, a Águas do Planalto SA pôs em causa o legítimo direito desta comunidade, invocando a cláusula do contrato de concessão que lhe outorga "o exclusivo no abastecimento de água para consumo público". A rede local seria deste modo "ilegal". Para a Comissão de Utentes para a Defesa da Água Pública (CUDAP) o balanço de dez anos de privatização da água está marcado por "violações sistemáticas dos direitos dos utentes".

Decidida a mobilizar e organizar as populações dos cinco



O Movimento 6 de Novembro, de Paços de Ferreira, teve uma presença destacada no Encontro

concelhos, a CUDAP decidiu promover um abaixo-assinado e já iniciou uma campanha de informação com distribuição de folhetos e afixação de cartazes em diversas localidades.

Como sublinhou Mário Lobo, representante desta comissão constituída em Janeiro de 2007, "ao longo de cerca de meio ano foram promovidas perto de 30 sessões de esclarecimento, nas quais participaram cerca 700 pessoas".

A comissão tem recebido o apoio do movimento associativo local e mesmo de alguns presidentes de Junta. Para Dezembro já tem marcado um encontro do qual sairá uma petição dirigida à Assembleia da República, aos governos civis, presidentes das câmaras e juntas dos cinco concelhos. A luta irá prosseguir pelo regresso da distribuição de água às câmaras municipais.

Negócio ruinoso para autarquia

Apesar das experiências de privatização no nosso País terem sempre gerado descontentamento e protestos dos trabalhadores e das populações, algumas autarquias continuam a trilhar este caminho perigoso, alienando património municipal e lesando direitos e interesses dos munícipes.

Um dos casos mais recentes foi a

privatização da empresa municipal, *Águas da Covilhã*, relatada no encontro por Jorge Fael, membro do Núcleo da Associação Água Pública naquele concelho.

Segundo referiu, a maioria PSD nesta autarquia aprovou, em Abril passado, a venda de 49 por cento da empresa municipal à *AGS/HIDURBE*, do grupo *Somague*.

O negócio, que Jorge Fael qualificou de "ruinoso para a autarquia", foi feito deliberadamente nas costas da população, que manifesta desde há muito forte oposição à privatização da água do Assim, no dia da votação na Assembleia Municipal, apenas foram destinados 35 lugares ao público e o acesso ao auditório foi controlado por funcionários, impedindo dezenas de pessoas de assistir e intervir na sessão. "Isto aconteceu pela primeira vez em três décadas de poder local democrático na Covilhã", afirmou Jorge Fael, que chamou atenção para os contornos suspeitos do processo.

Entretanto, por iniciativa de um grupo de cidadãos deu recentemente entrada no tribunal uma acção popular destinada a travar as deliberações camarárias. Independentemente do seu desfecho, a batalha pela água pública irá continuar no concelho.

Participações

Para além de diversas participantes em nome individual, estiveram representadas nos trabalhos do I Encontro as seguintes organizações e movimentos:

- APD - Associação Portuguesa de Deficientes
- Associação Água Pública e respectivo Núcleo da Covilhã
- Associação dos Municípios da Ilha do Pico
- Associação Respública e Cidadania
- Câmara Municipal do Seixal
- CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
- CNA - Confederação Nacional da Agricultura
- CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio
- CPFC - Conselho Português para a Paz e Cooperação
- CUDAP - Comissão de Utentes para a Defesa da Água Pública (Planalto Beirão)
- FENPROF - Federação Nacional dos Professores/SPGL
- FEVVICON - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção Cerâmica e Vidro
- Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português
- Movimento 6 de Novembro, de Paços de Ferreira
- Movimento dos Utentes dos Transportes da Área Metropolitana do Porto
- Movimento dos Utentes Serviço de Saúde de Vila Nova de Gaia
- MUSP - Movimento de Utentes de Serviços Públicos
- PEV - Partido Ecologista "Os Verdes"
- SINORQUIFA - Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte
- STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
- STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira União dos Sindicatos de Lisboa

água é de todos não o negócio de alguns

Pelo direito à água • Por uma gestão pública de qualidade



www.aguadetodos.com

geral@aguadetodos.com

Manifesto

✓ Considerando que a água é o suporte de todas as formas de vida, essencial a todos os processos naturais, estruturante da habitabilidade dos territórios e indispensável a qualquer actividade humana, social e económica

✓ Considerando que o acesso à água é um direito humano fundamental que tem de ser assegurado a todas as pessoas, independentemente da sua condição económica e social ou da região onde habitem

✓ Considerando que a plena concretização do direito à água é indissociável da consagração da água como bem público, comum e universal, do reforço do papel do Estado nas suas tarefas de controlo, regulamentação e fiscalização e da gestão da água como serviço público

✓ Considerando que a mercantilização, liberalização e privatização da água conduzem ao aumento de preços, à exclusão dos grupos sociais mais vulneráveis, à diminuição da participação do controlo democrático, à redução de direitos de utentes e trabalhadores, à degradação da natureza, da qualidade da água e dos serviços prestados.

Os participantes no I Encontro Nacional da Campanha "Água é de Todos, não o Negócio de Alguns", realizado no dia 18 de Outubro, no Museu da Água, em Lisboa, exigem:

- A consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como direito de cidadania
- A garantia do acesso de todas as pessoas à água potável como serviço público
- A manutenção dos serviços de água sob propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos
- O reforço financeiro das autarquias e o acesso aos fundos comunitários para a gestão dos serviços de água e o saneamento, bem como o incentivo à dinamização de modelos de associação

intermunicipal ou regional de acordo com a livre vontade dos municípios

→ Uma gestão pública de qualidade, dotada dos recursos técnicos, humanos e financeiros adequados, que proteja os ciclos naturais da água, mantenha as funções ecológicas e a qualidade das águas dos nossos rios e aquíferos, promova a participação e controlo democráticos dos serviços, valorize e respeite os trabalhadores e assegure uma política tarifária justa e solidária

→ O fim dos processos de privatização de serviços de água e a tomada de medidas que permitam o regresso ao controlo e gestão públicas das actividades actualmente concessionadas

→ Uma regulação que assegure acesso à informação sobre a actividade das empresas privadas em matéria de formação de preços, contabilidade, investimentos, subcontratação e política laboral

→ O fortalecimento das tarefas de controlo, fiscalização e regulamentação do Estado garantindo de facto o direito de cada pessoa à água e a natureza pública dos serviços

→ A gestão integrada da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população actual e das gerações vindouras e a solidariedade entre países e povos

→ O apoio a programas de educação e sensibilização ambiental que estimulem o uso racional da água, a protecção e salvaguarda do património hídrico.

E reafirmam o seu firme empenhamento em prosseguir os princípios e objectivos da Campanha Nacional "Água é de todos, não o negócio de alguns", o desenvolvimento de acções em defesa da água pública, a sua disponibilidade para trabalhar com outros movimentos que lutam contra a privatização da água e serviços públicos essenciais, convictos de que este é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, progressista e solidária.

*O Encontro Nacional
Lisboa, 18 de Outubro de 2008*